



**ATA DE REUNIÃO**  
Subcomitê de Equidade e Combate à Discriminação

HORÁRIO	LOCAL	DATA
17h	Telepresencial pelo Google Meet	6/5/2026

**Presentes:**

- Desembargadora Coordenadora, Eleonora Bordini Coca;
- Desembargadora Adriene Sidnei de Moura David;
- Desembargador João Batista Martins César;
- Juíza Marina de Siqueira Ferreira Zerbinatti;
- Juíza Camila Moura de Carvalho;
- Representante da Secretaria de Gestão de Pessoas, Renata Chaib Beltramelli;
- Representante da Ouvidoria, Alan Rogério Oliveira Simões de Melo;
- Representante indicado pela Amatra XV, Juiz Luciano Brisola;
- Servidora da Coordenadoria de Compras, Monica Laterza Lopes;
- Servidora do Gabinete do Desembargador Orlando Amancio Taveira, Denise Santos Oliveira;
- Representante da Divisão de Apoio às Comissões e aos Comitês, Carlos Eduardo Buzan Larica.

**Ausências justificadas:**

- Desembargadora Rita de Cássia Penkal Bernardino de Souza;
- Juíza Luciana Mares Nasr;
- Juíza Polyanna Sampaio Cândido da Silva Santos;
- Representante da Secretaria de Saúde, Gilberto Antonio Semensato;
- Representante indicado pelo Sindiquinze, Sandra Cristina Dias;
- Servidora do Gabinete do Desembargador Fabio Grasselli, Naiara Leite Barbosa Berno;
- Agente de Polícia Judicial, Thiago dos Reis Martins.

<b>Pauta/ Assuntos</b>	1 - Projeto "Rodas de Conversa - Conversando sobre Equidade"; 2 - Procedimento de advogado nas Varas do Trabalho; - <b>SIGILOSO</b> 3 - Evento sobre discriminação da população LGBTQIAPN+.
----------------------------	---

**TÓPICOS DEBATIDOS / RESULTADOS**

A Excelentíssima Desembargadora, Eleonora Bordini Coca, Coordenadora do Subcomitê de de Equidade e Combate à Discriminação, iniciou a reunião cumprimentando e agradecendo a todas e a todos pela participação.

### **1- Projeto “Rodas de Conversa - Conversando sobre Equidade”:**

Iniciando os trabalhos, a Desembargadora Coordenadora informou que o Programa Nacional aprovou a continuidade do projeto de rodas de conversa promovido pelo Subcomitê no ano anterior. Destacou que a repetição da iniciativa demonstra amadurecimento institucional e pode consolidar-se como prática permanente do Subcomitê, permitindo avaliar, ao longo do tempo, a efetividade das ações desenvolvidas. Ressaltou que, em muitos casos, projetos são realizados apenas uma vez, sem continuidade suficiente para aferição de resultados concretos.

Na sequência, explicou que refletiu sobre novos critérios para definição das unidades a serem visitadas em 2026. Relatou a ideia de elaborar uma sinopse do projeto, indicando as unidades já contempladas no ano anterior, e encaminhá-la às Varas do Trabalho para consulta acerca do interesse em receber o Subcomitê. Segundo a magistrada, tal metodologia permitiria alcançar locais onde eventualmente tenham ocorrido situações relacionadas à discriminação, possibilitando maior utilidade prática às ações do colegiado. Observou que gestores e equipes que enfrentaram situações dessa natureza poderiam demonstrar maior interesse em receber a iniciativa.

O Desembargador João Batista Martins César informou que as Secretarias Conjuntas de Araraquara, Piracicaba e Jundiaí não haviam sido contempladas nas visitas realizadas no ano anterior, sugerindo que essas localidades fossem consideradas prioritárias. Acrescentou que, nas cidades que visitou, houve pedido expresso de continuidade do programa, não apenas como experiência piloto, mas como política institucional permanente.

A Desembargadora Eleonora ressaltou a importância de compartilhar entre os integrantes as experiências obtidas nas rodas de conversa já realizadas, inclusive para elaboração de roteiro orientativo comum. Relatou experiência vivenciada em São José do Rio Preto, onde levou exemplares de livros anteriormente distribuídos. Comentou que a utilização dos livros durante a atividade foi bastante produtiva, permitindo leitura de trechos diretamente relacionados às manifestações dos participantes. Destacou que ouviu falas minimizando discussões sobre

discriminação, mas também presenciou depoimentos relevantes de pessoas interessadas em desconstruir preconceitos. A magistrada enfatizou que o reconhecimento do problema representa passo importante no processo de desconstrução de preconceitos estruturais. Acrescentou que, ao final da atividade, houve troca de sugestões de livros e filmes, com significativa participação dos presentes.

Prosseguindo, a coordenadora defendeu a necessidade de elaboração célere do calendário de visitas, lembrando que a prestação de contas do programa deverá ocorrer até novembro. Recordou a planilha utilizada no ano anterior, na qual cada integrante indicava disponibilidade e cidades de interesse, sugerindo retomada do mesmo método. Submeteu aos presentes a consulta prévia às unidades interessadas em receber o projeto.

A Juíza Camila Moura de Carvalho manifestou integral concordância com a proposta, sugerindo que a divulgação e consulta fossem realizadas por intermédio dos coordenadores das Secretarias Conjuntas, os quais já mantêm grupos de comunicação com magistrados, servidores e macrogestores, o que facilitaria a disseminação da iniciativa.

A Juíza Adriene Sidnei de Moura David acrescentou que a consulta poderia contemplar indicação do melhor horário para realização das rodas de conversa. Relatou experiência em São José dos Campos, onde parte dos colegas não compareceu em razão de coincidência com horários de audiência. Observou, contudo, que alguns magistrados posteriormente procuraram dialogar com ela, demonstrando interesse no tema, embora impossibilitados de participar naquele momento. Destacou que o ajuste prévio de horários poderia ampliar significativamente a participação.

A Desembargadora Eleonora acolheu as sugestões apresentadas, deliberando pela realização da consulta às unidades e pela simultânea organização da planilha de visitas, independentemente do resultado da consulta.

Na sequência, a coordenadora retomou discussão iniciada em reunião anterior acerca da realização de rodas de conversa com pessoas negras, com o objetivo de compreender suas experiências institucionais, especialmente dos ingressantes por cotas nos concursos mais recentes. Solicitou apoio dos integrantes para organização da iniciativa, ressaltando a importância de participação de pessoas com maior “lugar de fala” nas respectivas temáticas.

Inicialmente, sugeriu começar pela roda de conversa com pessoas negras, considerando que o tema da deficiência já contaria com atuação paralela da Comissão de Acessibilidade e Inclusão.

A Juíza Camila Moura de Carvalho ponderou sobre a necessidade de intersecção entre as pautas racial e da deficiência, relatando experiência pessoal enquanto mulher negra e pessoa com deficiência visual. Informou estar enfrentando diversas barreiras de acessibilidade, tanto físicas quanto atitudinais, inclusive em questões relacionadas à condição especial de trabalho. Defendeu maior diálogo institucional entre os Colegiados e a realização da roda de conversa com as temáticas de pessoas negras e pessoas com deficiência. Colocou-se à disposição para colaborar na organização das atividades e realização de levantamentos.

A Desembargadora Eleonora ponderou acerca da necessidade de delimitação temática das rodas, receando que a reunião conjunta de diferentes pautas pudesse dispersar os debates, a exemplo de experiências anteriores. A Juíza Camila Moura de Carvalho concordou com a preocupação e sugeriu a realização de encontros separados, preservando as especificidades de cada grupo.

Diante disso, a Desembargadora Eleonora convidou as integrantes Camila Moura de Carvalho e Denise Santos Oliveira para coordenarem a organização das rodas de conversa relativas tanto à pauta racial quanto à das pessoas com deficiência, proposta prontamente aceita por ambas. Também foi deliberado que a Comissão de Acessibilidade e Inclusão seria previamente comunicada acerca da iniciativa.

**Resultados:** Definição de unidades a serem visitadas: consulta às unidades quanto ao interesse e o melhor momento para a realização da roda de conversa. Estabelecimento de calendário de visita.

## **2 - Procedimento de advogado nas Varas do Trabalho:**

**Tema sob sigilo para preservar o direito à intimidade das pessoas envolvidas.**

## **3 - Evento sobre discriminação da população LGBTQIAPN+:**

A Desembargadora Eleonora Bordini Coca informou que o evento sobre discriminação da população LGBTQIAPN+, elaborado no TRT da 2ª Região, não poderá ocorrer no primeiro semestre em razão de outras demandas da Escola Judicial, sendo remanejado para o segundo semestre. Explicou que o seminário inicialmente previsto como encerramento do curso será realizado como atividade de abertura. Comunicou que já havia convite encaminhado ao Juiz Roberto Rezende, do TRT2, e à servidora Luna, mulher trans vinculada ao TFC, ambos reconhecidos pela atuação na temática.

A magistrada relatou as dificuldades recorrentes enfrentadas pela Escola Judicial na confirmação de palestrantes e destacou sua preocupação em definir rapidamente a programação do evento. Informou que, inicialmente, dialogará com os expositores acerca das abordagens temáticas do seminário, compartilhando posteriormente as definições com os integrantes do Subcomitê. Também reiterou que o evento deverá permanecer concentrado em um único período, preferencialmente no turno da manhã, em razão da experiência institucional demonstrar maior engajamento do público nesse formato.

O Desembargador João Batista Martins César elogiou a escolha dos palestrantes, destacando a relevância do tema LGBTQIAPN+ e sugerindo eventual inclusão de terceira palestrante, tabeliã trans atuante em São Paulo, caso necessário. Ressaltou a importância de protagonismo de pessoas diretamente afetadas pela discriminação. Na oportunidade, informou ter participado de evento recente em Brasília, no qual o Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho anunciou criação de comissão no TST voltada às questões LGBTQIAPN+ na Justiça do Trabalho. Acrescenta que encaminhou a notícia para publicação institucional, porém, esta não ocorreu. Destacou as graves violações sofridas pela população LGBTQIAPN+, especialmente adolescentes expulsos de casa, vítimas de exclusão laboral e exploração sexual, defendendo atuação firme do Tribunal na promoção da inclusão.

A Juíza Camila Moura de Carvalho manifestou concordância com a necessidade de fortalecimento do letramento institucional em diversidade.

**Resultado:** A Desembargadora Coordenadora dialogará com os expositores acerca das abordagens temáticas do seminário, compartilhando posteriormente as definições com os integrantes do Subcomitê.

Nada mais havendo a tratar, a Desembargadora Eleonora Bordini Coca agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às 17h34, consignando que os debates prosseguirão pelos grupos institucionais de comunicação.

Ata preparada por:	Carlos Eduardo Buzan Larica, representante da Divisão de Apoio às Comissões e aos Comitês	Em:	8/5/2026
Ata aprovada por:	Eleonora Bordini Coca Desembargadora Coordenadora do Subcomitê de Equidade e Combate à Discriminação	Em:	14/5/2026